

A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Aluno: Patrícia do Nascimento Campos

Orientador: Marcelo Andrade

Introdução

A escola ainda se apresenta como espaço fechado às questões das diferenças, especialmente quando se tratam de questões de identidade socialmente marginalizadas. As demandas advindas das diferentes identidades (gênero, etnia, orientação sexual, religião, entre outras) têm, nas últimas décadas, questionado o currículo escolar, a função social da escola, bem como as relações entre o conhecimento escolar estabelecido e a construção de identidades pessoais, sociais e culturais.

No campo da educação, a problemática de gênero não se reduz às discussões sobre acesso à escola e ao desempenho escolar de meninos e meninas. A questão mais evidenciada é a desigualdade entre os gêneros. Neste sentido, introduzir no currículo uma reflexão sobre a dimensão da relação entre os sexos, demonstrando que essa relação não é um fato natural, mas social – construído e remodelado pela dinâmica social – pode ser uma alternativa de mudanças.

O termo gênero tem sido utilizado como questionamento dos papéis sexuais destinados aos homens e às mulheres. Falar em gênero, em vez de falar em sexo, indica que a condição das mulheres e dos homens não está determinada pela natureza, pelo sexo biológico, mas é resultado de uma complexa engenharia social e política.

No caso específico das mulheres, elas assumem, representam e reproduzem os estereótipos caracterizados pela diferença socialmente estabelecida entre os sexos. Apesar de elas serem as maiores responsáveis, nas famílias, pelos primeiros cuidados das crianças e se ocuparem, de maneira predominante, do ensino pré-escolar e fundamental, muitas não conseguem realizar um trabalho de reconstrução desses papéis sociais numa perspectiva que elimine, através do cuidado e da educação das crianças, o machismo presente em nossa sociedade.

Por isso, o objeto de análise das questões de gênero deve ser o estudo dos discursos e das práticas sociais que garantem que as mulheres confirmem as representações dominantes da diferença entre os sexos, perpetuando o processo de submissão social das mesmas. Enfrentar o silêncio sobre as diferenças entre os sexos e os gêneros no currículo escolar exige, nesta perspectiva, historicizar a construção do masculino e do feminino; reconhecer as práticas discursivas que construíram a suposta natureza feminina e masculina; bem como o lugar social esperado para cada sexo/gênero. Historicizar significa aqui desconstruir o discurso para reconstruí-lo em bases mais igualitárias, pois se é uma construção histórica, se nem sempre foi assim, então, podemos fazer e pensar diferente do que vem acontecendo e do que acontece hoje. É nesta perspectiva que se situam os principais estudos sobre gênero e educação hoje.

A história do feminino

Os estudos acadêmicos sobre gênero têm revelado as desigualdades entre o ser homem e ser mulher. O lugar social que ocupa cada um dos sexos não é o mesmo e depende do espaço, da construção histórica e cultural do corpo, da sensibilidade, das atividades e das aprendizagens.

Trata-se de um discurso tão poderoso que atravessa os tempos e os lugares de uma maneira que parece natural até para aquelas que neste processo são discriminadas.

Falar de desigualdades entre os gêneros é situar o debate em todas as relações sociais, inclusive as escolares e acadêmicas. As relações de gênero ou a desigualdade nas relações de gênero são temas que atravessam todo o corpo social, inclusive os lugares de produção de conhecimento como a escola e a academia, ou melhor, principalmente estes lugares.

Ao situarmos o debate entre as intrincadas relações entre as desigualdades de gênero e a formação de professoras/es, por exemplo, nos remeteremos a uma questão mais profunda: qual o compromisso da educação com a democracia? Para que serve a escola? Como a escola pode contribuir para uma sociedade mais democrática e menos sexista?

Parece cada vez mais consensual que a escola deve preparar seus alunos e alunas para a cidadania construindo sujeitos éticos e responsáveis. Mas como ela realiza esta tarefa se a discussão de um tema que bate a porta de cada um de nós, pedindo urgência, como as relações de gênero, é ainda ignorada? Parece haver um descompasso entre os problemas do mundo e os problemas da escola, como se fossem dois mundos separados.

Pensar e discutir sobre as relações de gênero e a educação é uma tarefa urgente, principalmente se entendemos que é necessário modificar a cultura em relação ao que pensamos sobre os papéis sociais dos homens e das mulheres. Neste sentido, dois lugares de mudança de mentalidades são fundamentais: (1) o lar, no qual meninos e meninas recebem as primeiras noções do que é ser homem e o que é ser mulher e o papel que cabe a cada um(a) na sociedade; e (2) a escola, onde as desigualdades de gênero são reafirmadas. Estabelecer uma hierarquia em grau de importância destas instituições na solução deste problema é uma tarefa muito difícil, mesmo porque as duas estão intimamente ligadas e submersas numa mesma cultura patriarcal.

Se, por um lado, estas duas instituições são lugares privilegiados de mudança, por outro, elas são também lugares historicamente responsáveis pela manutenção e reprodução da desigualdade entre os gêneros. Pois, é dentro da família e dentro da escola que serão construídos homens e mulheres igualitários ou não. A escola, apesar de seus problemas e dificuldades, é o lugar primordial para esta mudança, pois nela se pode iniciar uma nova cultura de respeito entre homens e mulheres através de políticas públicas educacionais, tais como: formação de professores, construção de currículos e elaboração de materiais pedagógicos. Talvez seja mais na escola – e menos na família – que a sociedade possa intervir com mais legitimidade a fim de forjar um novo projeto de sociabilidade entre homens e mulheres.

No campo da educação, como já afirmado, a problemática de gênero não se reduz às questões de acesso ao ensino e ao desempenho escolar, batalhas que já foram travadas e estão sendo superadas. Na verdade, as mulheres já representam maioria na universidade, por exemplo, e o desempenho escolar de meninas tende a ser melhor do que os dos meninos. A questão mais séria, então, é que a história da desigualdade entre os sexos, marcada pelos discursos que foram considerados verdadeiros mediante relações de saber e poder, sempre foi aceita sem indagações pela escola, lugar por excelência da marcação sexual. Por outro lado, é na escola, que poderá ser construída a equidade de gênero e relações sociais mais igualitárias.

Trabalhar com relações de gênero na educação escolar nos permite entender as relações sociais de uma maneira mais ampla e igualitária, incorporando os sujeitos masculinos e femininos na história, mas também nos remete a encarar a história como uma construção humana, um relato carregado de relações de poder em que o feminino foi secularmente subjogado e desvalorizado.

O que é gênero

Desde 1975, quando a ONU instituiu o Ano Internacional da Mulher e a década dedicada à superação das desigualdades entre os gêneros, o mundo tem voltado seu olhar para este problema e muitas ações têm sido efetivadas na tentativa de contribuir para a extinção dessa desigualdade que tem a violência como uma de suas conseqüências mais radicais. No mundo inteiro, políticas públicas e iniciativas privadas tentam a promoção da igualdade de direitos e a equidade de gênero, entendidas como um passo fundamental para a verdadeira democracia.

No início dos anos 80, teóricas feministas criaram o conceito de gênero para dar conta da entrada das mulheres no domínio público do trabalho, educação, política, entre outros. A categoria gênero começou a ser utilizada para denunciar a discriminação que a mulher sofria em todos os níveis. Num primeiro momento gênero é sinônimo de mulher¹.

A história do gênero teve um objetivo principal: introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada, efeito e motor da dinâmica social.

Relação que produz saberes, como toda visão nova do passado, e categoria de análise que permite reescrever a história levando em conta o conjunto das relações humanas.

Gênero tem sido o termo utilizado para teorizar as questões da diferença sexual, questionando os papéis sociais destinados às mulheres e aos homens. A categoria de gênero não se constitui numa diferença universal, mas permite entender a construção e a organização social da diferença sexual. A história das mulheres e a história de gênero estão interligadas, este se situa no campo relacional, porque só se concebe mulheres se elas forem definidas em relação aos homens.

Joan Scott, idealizadora do conceito de gênero como categoria útil de análise histórica, afirma o seguinte:

Por gênero me refiro ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se relaciona simplesmente às idéias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas como aos rituais, e tudo o que constitui as relações sociais. O discurso é o instrumento de entrada na ordem do mundo, mesmo não sendo anterior à organização social, é dela inseparável. Segue-se, então, que o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar; ela é antes, uma estrutura social móvel que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos. (Scott, 1995: 15).

Ser homem/ser mulher é uma construção simbólica que faz parte do regime de emergência dos discursos que configuram sujeitos. Neste sentido, é necessário criticar, desmontar os estereótipos universais e os valores tidos como inerentes à natureza feminina.

A idéia de gênero, diferença de sexos baseada na cultura e produzida pela história, secundariamente ligada ao sexo biológico e não ditada pela natureza, tenta desconstruir o suposto padrão universal entre homens e mulheres e demonstrar a sua historicidade. São as sociedades, as civilizações que conferem sentido à diferença, portanto não há verdade na diferença entre os sexos, mais um esforço interminável para dar-lhe sentido, interpretá-la e cultivá-la.

¹ Hoje os estudos sobre a masculinidade estão muito avançados, demonstrando, na prática, que os estudos de gênero compreendem os dois gêneros, masculino e feminino. Se a mulher é o efeito, o resultado de práticas discursivas e não discursivas, da mesma maneira também o homem.

A teoria dos gêneros enfatiza o aspecto relacional e reivindica a utilização do gênero como categoria histórica necessária para realizar qualquer tipo de investigação. Importante para esta teoria é a distinção entre gênero e sexo, este é a categoria biológica, enquanto o gênero é a expressão culturalmente determinada da diferença sexual. O gênero como categoria social analisa a organização desigual e discriminatória da sociedade segundo o sexo. Este, referente às diferenças biológicas, não estabelece necessariamente uma relação com o social.

O dualismo platônico – que separava mente/corpo, razão/emoção, homem/mulher – foi a base de todo o pensamento ocidental nos últimos três mil anos e que serviu como racionalização do exercício do poder expresso nas relações entre senhor/escravo, homem/mulher, opressor/oprimido, entre outros, está em crise. O modo como percebemos os gêneros também pressupõe oposição e polaridade. O feminino na maioria das vezes é associado à passividade, meiguice, delicadeza e o masculino à agressividade, força, coragem. Como em todos os pares duais a maioria das características de um está ausente no outro.

A polarização entre o privado e o público ocupa um lugar de destaque na história das mulheres. Segundo Carole Pateman, tal dicotomia é uma característica universal, transhistórica e transcultural à existência humana, e a crítica se refere à oposição e à separação entre as duas esferas. Atualmente a discussão centra-se não somente na separação entre o espaço público e o espaço privado, mas na hierarquização dotada a cada um dos espaços e na produção da importância política ao espaço público. A lógica de tal separação, a incorporação do saber e do poder em uma esfera e o desmerecimento e a desqualificação de outra é o centro das discussões.

O feminino caracterizado como natureza, emoção, amor, intuição é destinado ao espaço privado; ao masculino – cultura, política, razão, justiça, poder, o público. Esta dicotomia constitui uma oposição desigual entre homens e mulheres, caracterizando a sujeição destas aos homens dentro de uma ordem aparentemente universal e igualitária.

Segundo Pateman (1996, p. 39):

as mulheres e a vida doméstica simbolizam a natureza. A humanidade pretende transcender uma existência meramente natural, de maneira que a natureza sempre se considera como algo de ordem inferior à cultura. A cultura se identifica com a criação e o mundo dos homens porque a biologia e os corpos das mulheres lhes aproximam mais à natureza e a educação dos filhos às tarefas domésticas [...] as mulheres e a esfera doméstica aparecem como algo inferior à esfera cultural e às atividades masculinas, de maneira que as mulheres se consideram como seres necessariamente subordinados aos homens.

A separação entre o público e o privado deve deixar de estabelecer domínios diferenciados quanto ao gênero e à importância social. Sem mudanças na vida pessoal e doméstica não poderá haver mudanças na vida política, porque os problemas da vida privada das mulheres são também problemas políticos.

Se as mulheres haverão de participar plenamente, como iguais, na vida social, os homens haverão de compartilhar por igual na educação dos filhos/as e outras tarefas domésticas. Enquanto as mulheres forem identificadas com este trabalho “privado”, seu status público sempre será debilitado. Esta conclusão não nega – como se pode deduzir – o fato biológico de que são as mulheres, e não os homens, as que parem as criaturas; o que nega é o suposto patriarcal em virtude do qual o fato natural pressupõe que unicamente as mulheres podem criá-las [...] isto pressupõe algumas mudanças radicais na esfera pública,

na organização da produção, e no que entendemos por “trabalho” e na prática da cidadania (Pateman, 1996, p. 51).

Segundo Michelle Perrot (2005), o espaço público, por oposição ao privado, designa o conjunto dos direitos e deveres que definem a cidadania e constrói a política como o coração da decisão e do poder. A luta das mulheres pela sua inclusão na categoria de “cidadãs”, tanto na defesa do sufrágio universal quanto no ataque à sua menoridade civil, que as transformavam em propriedade privada de seus maridos é um exemplo concreto da dicotomia entre o público e o privado. Se o homem era caracterizado como único provedor, por exemplo, isto hoje não mais acontece como há algumas décadas.

Segundo dados estatísticos, milhares de lares brasileiros são chefiados e mantidos somente por mulheres. E este tem sido o motivo alegado para diversos casos de violência contra a mulher. O avanço do movimento feminista que permitiu à mulher disputar vagas em empregos antes proibidos a coloca, muitas vezes, como a concorrente dos homens no mundo do trabalho.

A tentativa de desqualificação do feminino tem efeitos também na remuneração. Como os homens seriam os únicos provedores, o trabalho feminino foi sempre visto como algo subalterno, de menos importância, como mero complemento da renda familiar, por isto merecedor de menores salários. Os considerados “serviços de mulher”, como a enfermagem e o magistério, ainda são mal remunerados, talvez devido a esta visão social sobre o trabalho exercido majoritariamente pelas mulheres.

Historiadoras se dão conta de que é necessário introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é um fato natural, mas uma relação social construída. Relação que produz saberes e categoria de análise que permite reescrever a história, levando em consideração o conjunto das relações humanas: uma história que interroga o conjunto da sociedade.

Homens e mulheres, construídos historicamente, com delimitações de papéis sociais e sexuais, com profissões adequadas a cada sexo, com comportamentos permitidos a cada um, chegam à escola. A escola recebe mulheres e homens que vivem no cotidiano das relações de desigualdade entre os gêneros. A problemática, então, consiste no que fará a escola: confirmará tais estereótipos ou tentará desconstruí-los?

Objetivos

Diante de tal temática, o objetivo da pesquisa em andamento é compreender as identidades de gênero que estão excluídas, incluídas e/ou reforçadas na escola e reconhecer as práticas discursivas que construíram “a natureza” feminina e masculina, bem como o lugar social esperado de cada sexo/gênero no cotidiano escolar.

Metodologia

A metodologia utilizada para alcançar o objetivo mais amplo do trabalho tem consistido em revisão bibliográfica de trabalhos que exploram os temas do gênero, multiculturalismo e interculturalidade no âmbito educacional.

A pesquisa também prevê, como próxima etapa de investigação, um trabalho de campo, envolvendo entrevista com estudantes e professores, bem como a análise das situações que envolvam as questões de gênero no cotidiano escolar de uma escola pública de educação fundamental no município do Rio de Janeiro.

Conclusões

O levantamento e o estudo bibliográficos realizados no primeiro ano de pesquisa permitiram até o momento compreender melhor a temática em estudo. É possível afirmar que a diferenciação entre sexo e gênero ainda é um grande desafio para as escolas e em especial para os professores/as, que parecem desconhecer-na. Neste sentido, investir na divulgação da diferenciação entre sexo e gênero no contexto educacional parece ser uma demanda urgente e necessária para a temática pesquisada. Outra conclusão parcial do estudo em andamento é o fato de que as questões de sexo e gênero nos levam inevitavelmente ao tema da orientação sexual, que é outro conjunto de conceitos e entendimentos mal compreendidos ou desconhecidos pela sociedade brasileira. Assim, parece evidente que a escola se sinta responsável em reprimir orientações sexuais que considere desviantes da norma socialmente estabelecida, devido a sua concepção de gênero natural, ou seja, muito relacionada aos aspectos biológicos.

Os estudos sobre gênero e orientação sexual no contexto escolar se configuram como um grande campo de pesquisa. Creio que a partir do estudo bibliográfico realizado até aqui será possível avançar nas etapas posteriores previstas para a pesquisa, seja na pesquisa de levantamento de dados, seja nas novas temáticas que se relacionam ao tema central de estudo.

Referências

- CANDAU, Vera Maria (org.). **Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas**. Petrópolis, RJ, 2002
- CANDAU, Vera Maria (org.) **Educação intercultural e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- COLLING, Ana. **A construção histórica do masculino e do feminino**. In: Gênero e cultura: questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 1997.
- PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- PERROT, Michelle. **As mulheres e os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação e Realidade. Porto Alegre: UFRGS, 1995.